

## 143ª ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTER-PARLAMENTAR - UIP

**Intervenção do Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Austelino Tavares Correia, no debate geral, sobre o tema “desafios contemporâneos para a democracia: superando divisões para enfrentar os desafios atuais da democracia”.**

Madrid, 28 de novembro de 2021.

Senhor Presidente da União Inter-parlamentar,

Ilustres Colegas Deputadas e Deputados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

As novidades que temos hoje, sobre o Estado da Democracia, são desencorajadoras e apelam à união de todos, no sentido de inverter a situação. É-nos relatado que o mundo está a tornar-se mais autoritário e que os governos democráticos estão a retroceder, recorrendo a práticas repressivas e enfraquecendo o Estado de Direito.

O relatório - do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Social (International IDEA) - diz-nos que o número de Estados democráticos, onde se verificaram retrocessos nos parâmetros avaliados, duplicou na última década, incluindo países considerados de democracia consolidada.

A constatação é de que, mais de dois terços da população mundial vive, neste momento, em democracias em retrocesso ou em regimes autocráticos. E que o número de países em transição para o autoritarismo superou, em 2020, o número daqueles que estão a avançar em direção a uma democracia, com o mundo a perder regimes democráticos através de eleições viciadas ou golpes militares.

Como é consabido, a crise democrática mundial é, também, agravada pela pandemia da covid-19, em virtude de certas medidas adotadas para fazer face a essa tragédia sanitária.

Todos temos consciência das ameaças por que passa a democracia ao nível do globo, não obstante os discursos apelando à defesa e consolidação da democracia e ações que vêm sendo implementadas nesse sentido.

Somos desafiados a reforçar essas ações, sermos mais pragmáticos, mais incisivos. É imperativo que novas medidas de curto, médio e longo prazos de preservação e consolidação da democracia sejam definidas e implementadas.

Necessário se torna, porém, um diagnóstico exaustivo sobre as reais causas do descrédito na democracia e das ameaças à mesma.

Um diagnóstico transversal, isto é, que, por um lado, procura dar pistas sobre as causas intrínsecas às instituições democráticas e aos dirigentes políticos e, por outro lado, sobre as razões que têm a ver com os cidadãos, os representados.

A tentação é quase sempre ver o que está à nossa volta, sem, contudo, virar para nós mesmos, pra dentro. Urge questionarmos se, afinal, temos ou não alguma culpa, alguma responsabilidade? Se sim, o que estamos fazendo para as superar?

Caros parlamentares, Minhas senhoras e meus Senhores,

Satisfaz-nos o nível de participação dos jovens e mulheres na vida política dos países, nomeadamente nos parlamentos e governos nacionais, nos órgãos de decisão e execução de medidas de políticas? Esse nível condiz com os discursos pró-participação desses segmentos sociais?

Mais, a inclusão de que muito se fala, tem tido tradução prática ou apenas faz parte de discursos de circunstâncias e de cosmética política?

Excelências,

É preciso que os países continuem a apostar, efetivamente, na construção de uma economia com alto nível de crescimento, sustentável e inclusivo, no sentido de superar as condicionantes chaves ao desenvolvimento, as vulnerabilidades estruturais, o desemprego, a pobreza e a desigualdade na distribuição do rendimento, para que as pessoas, em todos os lugares possam desfrutar da paz e prosperidade.

As pessoas devem sentir-se incluídas. A inclusão é condição essencial para a sã convivência entre as pessoas e entre os povos e um incentivo ao reconhecimento e respeito pelos princípios, valores e regras da democracia.

Cabo Verde, um pequeno Estado insular em desenvolvimento, assume a Democracia, a Liberdade e os Direitos Humanos, como ativos básicos para o desenvolvimento social e económico e fatores fundamentais de inclusão, coesão e unidade nacional. Por isso, ativos inalienáveis e protegidos por todos os atores políticos nacionais. Há quase um consenso nacional em como devemos aprimorar a nossa democracia e protege-la no sentido da sua consolidação.

Realizamos, entre outubro de 2020 e novembro em curso, três eleições políticas: as municipais, as legislativas e as presidenciais. Foram todas livres e democráticas, com respeito pela diferença, aceitação pacífica dos resultados e transição exemplar dos poderes. Nem a pandemia da Covid-19 nos impediu de exercitar a democracia.

É sempre preferível votos livres às balas, o diálogo e entendimento políticos ao conflito, a verdade ao populismo, a transparência e boa governação à corrupção. É preciso que sejam criadas todas as condições para que as eleições sejam cada vez mais livres e

democráticas e as transições democráticas de poderes façam parte das nossas atitudes e ações.

Muito obrigado pela vossa atenção.